Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 09/07/2019

• Primeira infância: CNJ e OEI juntos no pacto para promover Justiça

Assunto: Primeira infância: CNJ e OEI juntos no pacto para promover

Justiça

Fonte: Agência CNJ de Notícias

Data: 09/07/2019





Representantes da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI) reuniram-se na última sexta-feira (5/7) com membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para iniciar tratativas de projetos na área de proteção à primeira infância no âmbito do Judiciário.

Leia mais: Estado e sociedade civil se unem para reduzir vulnerabilidade das crianças

A OEI é signatária do Pacto Nacional pela Primeira Infância, coordenado pelo CNJ e com participação de mais de 40 entidades. O Pacto Nacional pretende unir esforços do Sistema de Justiça, de órgãos públicos do Poder Executivo e de entidades do terceiro setor e da academia para efetivar direitos previstos na legislação para a população brasileira com menos de 6 anos de idade.

No encontro – ocorrido na sede do CNJ, em Brasília –, o secretário-geral da OEI, Mariano Jabonero Blanco, e o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou, apresentaram projetos da instituição internacional voltada a essa faixa etária. Um dos focos da OEI é a garantia da universalização de uma educação infantil de qualidade, inclusiva e que promova oportunidades futuras iguais a meninos e meninas.

Primeira infância

Segundo especialistas, essa faixa etária que vai de zero aos seis anos de idade é considerada uma das mais importantes no desenvolvimento físico, mental, emocional e cognitivo da criança. As experiências advindas deste período influenciam na trajetória de vida e construção da subjetividade dos cidadãos.

A OIE está presente em países cujas populações falam português e espanhol e é responsável por ações voltadas à educação, ciência e cultura. O secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica (SEP), Richard Pae Kim e os juízes auxiliares do CNJ, Livia Cristina e Carl Smith, participaram da reunião.

Pacto Nacional

Estão previstas ações até 2020, como cursos presenciais e à distância, para sensibilizar 23,5 mil pessoas com atuação ligada à área. Estão programados três cursos a distância para psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de uma atividade presencial de capacitação destinada a formar operadores do direito.

Debater temáticas relacionadas à primeira infância entre profissionais e especialistas da área será o objetivo de uma série de seminários regionais que o CNJ promoverá em cinco capitais, entre junho deste ano e abril do próximo ano. O primeiro ocorreu em Brasília, representando a Região Centro-Oeste. O próximo evento ocorrerá em Manaus, em setembro.

Regina Bandeira